

Sumário

PARTE I

PROCESSO PENAL

CAPÍTULO 1 – PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL	3
1. Princípios do processo penal	3
1.1 Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal.....	3
1.2 Princípios constitucionais explícitos do processo penal	3
1.2.1 Quadro-resumo	7
1.3 Princípios constitucionais implícitos do processo penal	7
1.3.1 Quadro-resumo	9
1.4 Princípios meramente processuais penais	9
1.4.1 Quadro-resumo	10
2. Questões comentadas	10
CAPÍTULO 2 – FONTES E SISTEMAS DO PROCESSO PENAL	13
1. Fontes do processo penal.....	13
1.1 Fontes materiais.....	13
1.2 Fontes formais	13
1.3 Quadro-resumo.....	14
2. Sistemas processuais penais.....	14
2.1 Opção do sistema processual brasileiro	15
3. Questão comentada	15

CAPÍTULO 3 – INTERPRETAÇÃO E ANALOGIA	17
1. Analogia.....	17
2. Interpretação.....	18
2.1 Espécies de interpretação.....	18
2.2 Outras formas de interpretação.....	19
3. Questões comentadas.....	19
CAPÍTULO 4 – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	21
1. Aplicação da lei processual penal no espaço.....	21
2. Aplicação da lei processual penal no tempo.....	22
3. Quadro-resumo.....	22
4. Questões comentadas.....	23
CAPÍTULO 5 – JUIZ DAS GARANTIAS	25
1. Conceito e natureza jurídica.....	25
2. Pontos relevantes.....	27
2.1 Recebimento da informação sobre a instauração de investigação criminal.....	27
2.2 Realização da produção antecipada de provas.....	27
2.3 Prorrogação do prazo de duração do inquérito em caso de investigado preso.....	28
2.4 Recebimento da denúncia ou queixa.....	28
2.5 Admissão de assistente técnico.....	29
2.6 Homologação de acordo de não persecução penal e de colaboração premiada.....	29
2.7 Amplitude da competência do juiz das garantias.....	29
2.8 Regras para o tratamento dos presos.....	30
2.9 Sobre o veto ao § 1º do art. 3º-B.....	31
CAPÍTULO 6 – INQUÉRITO POLICIAL	33
1. Conceito e natureza jurídica.....	33
2. Início do inquérito policial.....	33
3. Procedimento da autoridade policial.....	35
3.1 Quadro-resumo.....	36
4. Prazo do inquérito policial.....	36
5. Particularidades do inquérito policial.....	37
5.1 Quadro-resumo.....	39
6. Indiciamento.....	39
7. Identificação criminal.....	39
8. Reconstituição do crime.....	40

9. Relatório final	40
10. Particularidades do inquérito policial em que se apura crime de tráfico de pessoas	40
11. Arquivamento	41
12. Outras investigações criminais	42
13. Questões comentadas	43
CAPÍTULO 7 – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	45
1. Conceito e natureza jurídica	45
2. Particularidades	46
2.1 Legitimidade para propor o acordo	46
2.2 Condições para o acordo	47
2.3 Vedações ao acordo	47
2.4 Formalização do acordo	47
CAPÍTULO 8 – AÇÃO PENAL	49
1. Fundamento constitucional	49
2. Conceito, natureza jurídica e legitimidade	49
3. Classificação das ações penais	50
3.1 Quadro-resumo	50
4. Ação penal pública	51
5. Ação penal privada	51
6. Representação da vítima	51
7. Renúncia ao direito de representação ou de queixa	52
8. Decadência do direito de queixa	52
9. Início da ação penal	52
10. Prazo para oferecimento da denúncia e arquivamento	52
11. Recebimento da denúncia ou queixa	53
12. Desistência da ação penal	54
13. Perdão do ofendido	54
13.1 Quadro-resumo	55
14. Perempção	55
14.1 Quadro-resumo	56
15. Extinção de punibilidade pela morte do agente	56
16. Tipos penais incriminadores de duração temporária da Lei Geral da Copa	56
17. Reflexos da maioridade aos 18 anos no processo penal	56
18. Questões comentadas	57

CAPÍTULO 9 – AÇÃO CIVIL EX DELICTO	59
1. Conceito	59
1.1 Quadro-resumo.....	59
2. Cumulação de jurisdição (civil e criminal)	60
2.1 Quadro-resumo.....	60
3. Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no cível	60
4. Questões comentadas	62
CAPÍTULO 10 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	63
1. Conceitos	63
2. Competência absoluta e competência relativa	63
3. Fixação de competência	63
3.1 Quadro-resumo.....	65
4. Prorrogação de competência.....	65
4.1 Quadro-resumo.....	66
5. Conexão, continência e foro prevalente.....	67
5.1 Quadros-resumo.....	68
6. Foro prevalente e separação obrigatória de processos	69
6.1 Quadros-resumo.....	70
7. Colegiados em primeiro grau de jurisdição – julgamento de organizações criminosas.....	70
8. Esquemas completos sobre a competência por prerrogativa de função e em função da matéria.....	71
9. Questões comentadas	74
CAPÍTULO 11 – QUESTÕES E PROCEDIMENTOS INCIDENTES	77
1. Introdução e conceitos	77
2. Questões prejudiciais.....	77
3. Procedimentos incidentes.....	78
3.1 Exceções	78
3.1.1 Exceção de suspeição.....	79
3.1.2 Exceção de impedimento	79
3.1.3 Exceção de incompetência	79
3.1.4 Exceção de litispendência	79
3.1.5 Exceção de ilegitimidade de parte	80
3.1.6 Exceção de coisa julgada	80
3.1.7 Quadros-resumo	81
3.2 Conflito de competência	82
3.2.1 Quadro-resumo.....	83

3.3	Restituição de coisas apreendidas	83
3.3.1	Quadro-resumo	84
3.4	Medidas assecuratórias	85
3.4.1	Quadro-resumo	87
3.5	Incidente de falsidade documental	88
3.5.1	Quadro-resumo	88
3.6	Incidente de insanidade mental	89
3.6.1	Quadro-resumo	90
3.7	Incidente de ilicitude de prova.....	90
3.7.1	Quadro-resumo	91
4.	Questões comentadas	92
CAPÍTULO 12 – PROVAS		93
1.	Conceito e sentido de prova.....	93
2.	Sistemas de avaliação da prova.....	93
2.1	Sistema da persuasão racional	94
3.	Ônus da prova.....	94
4.	Vedação à produção de provas ilícitas.....	94
5.	Espécies de provas – Quadros-resumo	96
5.1	Exame de corpo de delito e perícias em geral.....	98
5.2	Interrogatório	101
5.3	Confissão	102
5.4	Oitiva do ofendido	103
5.5	Prova testemunhal	104
5.6	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	106
5.7	Acareação.....	107
5.8	Documento.....	108
5.9	Indícios	108
5.10	Busca e apreensão	109
6.	Questões comentadas	111
CAPÍTULO 13 – PARTES NO PROCESSO PENAL		113
1.	Juiz	113
2.	Ministério Público.....	114
3.	Acusado.....	115
4.	Defensor.....	116
5.	Assistente de acusação.....	116
6.	Auxiliares da justiça	117

7. Quadro-resumo.....	117
8. Questões comentadas	118
CAPÍTULO 14 – PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA.....	121
1. Introdução.....	121
2. Prisão.....	122
3. Espécies de prisão – Quadro-resumo.....	123
3.1 Prisão em flagrante.....	124
3.2 Prisão preventiva	126
3.3 Liberdade provisória sem fiança.....	131
3.4 Liberdade provisória com fiança	131
3.5 Medidas cautelares alternativas.....	133
3.6 Prisão temporária.....	134
3.7 Prisão em decorrência de pronúncia	135
3.8 Prisão para recorrer.....	136
4. Questões comentadas	136
CAPÍTULO 15 – CITAÇÃO E INTIMAÇÃO	139
1. Conceitos.....	139
2. Citação.....	140
3. Intimação.....	142
4. Questões comentadas	142
CAPÍTULO 16 – SENTENÇA.....	145
1. Conceito	145
2. Conteúdo da sentença.....	145
3. Correlação entre acusação e sentença.....	146
4. Modificação da definição jurídica do fato	146
5. Independência do juiz para julgar.....	147
6. Absolvição vinculada	148
7. Elementos da sentença condenatória	148
8. Questões comentadas	148
CAPÍTULO 17 – PROCEDIMENTOS.....	151
1. Procedimento ordinário.....	151
1.1 Quadro-resumo.....	153
2. Procedimento sumário	154

2.1	Quadro-resumo.....	155
3.	Procedimento sumaríssimo	156
3.1	Quadro-resumo.....	157
4.	Procedimentos especiais – Falência.....	158
4.1	Quadro-resumo.....	158
5.	Procedimento – Crime contra a propriedade imaterial de ação privada	158
5.1	Quadro-resumo.....	159
6.	Procedimento – Crime contra a propriedade imaterial de ação pública	159
6.1	Quadro-resumo.....	160
7.	Procedimento – Crimes contra a honra	160
7.1	Quadro-resumo.....	161
8.	Procedimento – Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.....	161
8.1	Quadro-resumo.....	162
9.	Questões comentadas	163
CAPÍTULO 18 – PROCEDIMENTO DO JÚRI.....		165
1.	O júri na Constituição Federal	165
2.	Fases do procedimento do júri	166
2.1	1ª fase – Juízo de formação da culpa	166
2.1.1	Quadros-resumo	167
2.2	2ª fase – Juízo de preparação do plenário.....	170
2.2.1	Quadro-resumo	170
2.2.2	Desaforamento.....	170
2.3	3ª Fase – Juízo da causa (<i>Judicium causae</i>).....	171
2.3.1	Quadros-resumo	176
3.	Questões comentadas	177
CAPÍTULO 19 – NULIDADES NO PROCESSO PENAL.....		179
1.	Conceito e espécies	179
2.	Princípios que regem as nulidades	181
2.1	Não há nulidade sem prejuízo.....	181
2.2	Não há nulidade provocada pela parte.....	181
2.3	Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária.....	182
2.4	A nulidade de um ato pode levar à de outros que dele decorram	182
3.	Espécies de nulidades absolutas.....	182
3.1	Incompetência	182
3.2	Suspeição e impedimento	182

3.3	Ilegitimidade de parte	182
3.4	Ausência de denúncia ou queixa e representação	183
3.5	Ausência do exame de corpo de delito	183
3.6	Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	183
3.7	Falta de citação, ampla defesa e contraditório	183
3.8	Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia	183
3.9	Ausência do réu e realização da sessão.....	184
3.10	<i>Quorum</i> para a instalação da sessão do júri	184
3.11	Sorteio do Conselho de Sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados	184
3.12	Inexistência dos quesitos e suas respostas	184
3.13	Ausência de acusação e defesa no julgamento pelo Tribunal do Júri	184
3.14	Ausência da sentença	184
3.15	Ausência de processamento ao recurso de ofício.....	184
3.16	Ausência de intimação para recurso	184
3.17	Falta do <i>quorum</i> legal para a decisão.....	185
3.18	Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas.....	185
3.19	Decisão carente de fundamentação	185
3.20	Quadro-resumo.....	185
4.	Espécies de nulidade relativa	185
4.1	Infringência à regra da prevenção	185
4.2	Falta de intervenção do Ministério Público	186
4.3	Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.....	186
4.4	Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento do júri, quando a lei não permitir que se faça com sua ausência.....	186
4.5	A não intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	186
4.6	Ausência da forma legal dos atos processuais	186
4.7	Quadro-resumo.....	186
5.	Questões comentadas	186
CAPÍTULO 20 – RECURSOS NO PROCESSO PENAL		189
1.	Introdução	189
2.	Pressupostos de admissibilidade.....	190
3.	Princípio da fungibilidade	191
4.	Espécies de recursos.....	191
4.1	Recurso em sentido estrito	191
4.2	Apelação.....	192
4.3	Correção parcial	193

4.4	Reclamação	194
4.5	Agravo em execução	194
4.6	Embargos de declaração	194
4.7	Carta testemunhável	195
4.8	Embargos infringentes e de nulidade	196
4.9	Recurso especial	196
4.10	Recurso extraordinário	197
4.11	Recurso ordinário constitucional	198
4.12	Embargos de divergência	198
4.13	Quadros-resumo	199
5.	Questões comentadas	200

CAPÍTULO 21 – AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO	203
1. Introdução	203
2. Mandado de segurança	203
3. <i>Habeas corpus</i>	204
4. Revisão criminal	206
5. Quadro-resumo	208
6. Questões comentadas	208

PARTE II

EXECUÇÃO PENAL

CAPÍTULO 22 – APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL	213
1. Fundamentos constitucionais	213
2. Conceito de execução penal	214
3. Natureza jurídica da execução penal	214
4. Jurisdição ordinária e jurisdição especial	214
5. Execução provisória da pena	214
6. Confronto da execução provisória e o princípio da presunção de inocência	215
7. Direitos fundamentais	215
8. Direitos políticos	215
9. Cooperação da comunidade na execução da pena	216
10. Questões comentadas	216
CAPÍTULO 23 – CONDENADO E INTERNADO	217
1. Classificação e individualização executória da pena	217

2.	Diferença entre exame de classificação e exame criminológico.....	217
2.1	Quadro-resumo.....	218
3.	Importância da Comissão Técnica de Classificação.....	218
3.1	Quadro-resumo.....	218
4.	Análise da personalidade	219
5.	Identificação do perfil genético	219
5.1	Constitucionalidade da medida.....	220
5.2	Banco de dados sigiloso	220
5.3	Comentários aos vetos ao <i>caput</i> e aos §§ 5º a 7º do art. 9º-A	220
6.	Reeducação e assistência ao egresso	221
6.1	Assistência material e remição	222
6.2	Assistência jurídica obrigatória	222
6.2.1	Defensoria Pública.....	222
6.3	Assistência educacional	223
6.4	Assistência social	224
6.5	Assistência religiosa.....	224
6.6	Assistência ao egresso	224
6.6.1	Conceito de egresso	225
6.7	Quadro-resumo.....	225
7.	Trabalho do preso.....	226
7.1	Remuneração do trabalho	226
7.2	Trabalho compatível com a capacitação do preso.....	226
7.3	Preso provisório e exercício laborativo.....	227
7.4	Jornada de trabalho	227
7.5	Trabalho externo excepcional	228
7.5.1	Requisitos para o trabalho externo.....	228
7.5.2	Causas para a revogação do trabalho externo.....	228
7.6	Quadro-resumo.....	229
8.	Condenado como sujeito de direitos	229
9.	Deveres do preso	229
9.1	Quadro-resumo.....	230
10.	Direitos do preso.....	230
10.1	Visita íntima	231
10.2	Direitos dos presos provisórios	231
10.3	Médico particular	231
10.4	Quadro-resumo.....	232
11.	Disciplina	232
11.1	Princípio da legalidade.....	233

11.2	Faltas disciplinares	233
11.3	Solitária	233
11.4	Sanções coletivas e princípio da responsabilidade pessoal	233
11.5	Faltas graves	234
11.5.1	Falta grave e princípio da legalidade.....	235
11.5.2	Apuração da falta grave e ampla defesa	235
11.5.3	Falta grave e prescrição	235
11.6	Faltas médias e leves	235
11.7	Regime Disciplinar Diferenciado – RDD	236
11.7.1	Constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado	236
11.7.2	Procedimento para inclusão no regime disciplinar diferenciado	237
11.7.3	Quadro-resumo	238
12.	Sanções e recompensas	238
12.1	Sanções disciplinares	238
12.1.1	Fundamentação para a aplicação de sanção.....	239
12.1.2	Individualização da sanção disciplinar	239
12.1.3	Recurso contra a sanção disciplinar	239
12.1.4	Detração.....	240
12.2	Recompensas.....	240
12.3	Quadro-resumo.....	240
13.	Questões comentadas	241
CAPÍTULO 24 – ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL.....		243
1.	Órgãos da execução penal	243
2.	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	243
3.	Juízo da Execução	244
3.1	Aplicação da lei penal mais favorável	245
3.2	Soma e unificação de penas.....	245
3.3	Progressão e regressão nos regimes	246
3.4	Detração	246
3.5	Fiscalização da execução penal.....	246
3.6	Interdição do estabelecimento penal.....	246
4.	Ministério Público.....	247
5.	Conselho Penitenciário.....	247
6.	Departamento Penitenciário.....	248
7.	Patronato	248
8.	Conselho da Comunidade.....	249
9.	Defensoria Pública.....	249

10. Quadro-resumo.....	250
11. Questões comentadas	250
CAPÍTULO 25 – ESTABELECIMENTOS PENAIS	253
1. Destinação dos estabelecimentos penais	253
2. Estabelecimento penal e serviços oferecidos	253
3. Regras de separação de presos	254
4. Controle populacional do presídio	255
5. Mobilidade do preso	255
6. Espécies de estabelecimentos penais.....	256
6.1 Penitenciária.....	256
6.1.1 Prisão e dignidade da pessoa humana	257
6.1.2 Assistência obrigatória à mulher e seu filho	257
6.1.3 Quadro-resumo.....	258
6.2 Colônia penal.....	258
6.2.1 Alojamento coletivo	258
6.2.2 Ausência de vagas no semiaberto.....	259
6.2.3 Quadro-resumo.....	259
6.3 Casa do Albergado.....	259
6.3.1 Quadro-resumo.....	260
6.4 Centros de Observação.....	261
6.5 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.....	261
6.5.1 Tratamento ambulatorial.....	262
6.6 Cadeia pública	262
7. Questões comentadas	262
CAPÍTULO 26 – EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE	265
1. Início formal da execução da pena.....	265
1.1 Guia de recolhimento	265
1.2 Cautela e formalidade legal para a prisão	266
1.3 Internações provisórias e de longa duração.....	266
2. Individualização judicial da pena	266
3. Juízo universal da execução da pena	267
4. Progressão de regime	267
4.1 Critérios para a progressão de regime (exame criminológico e parecer da CTC).....	268
4.1.1 Quadro-resumo.....	270
4.1.2 Comentários ao veto ao § 7º.....	270
4.2 Prática de falta grave e nova contagem.....	271

4.2.1	Quadro-resumo	271
4.3	Prazos para progressão	272
4.4	Progressão por saltos	272
5.	Requisitos básicos de ingresso no regime aberto	272
5.1	Condições do regime aberto.....	272
5.2	Modificação das condições do regime aberto.....	273
5.3	Prisão albergue domiciliar	273
6.	Regressão de regime	273
6.1	Quadro-resumo.....	274
7.	Suspensão cautelar do regime mais benéfico	274
8.	Permissão de saída	274
9.	Saída temporária.....	275
9.1	Requisitos para a saída temporária.....	275
9.2	Período máximo da saída temporária.....	276
9.3	Revogação da saída temporária.....	276
9.4	Quadro-resumo.....	277
10.	Remição.....	277
10.1	Requisitos para a remição	277
10.2	Aproveitamento escolar.....	278
10.3	Remição e prisão provisória	278
10.4	Perda dos dias remidos	279
10.5	Tempo remido como pena cumprida	279
10.6	Quadro-resumo.....	279
11.	Livramento condicional.....	280
11.1	Requisitos objetivos	280
11.2	Requisitos subjetivos	281
11.3	Exame criminológico	281
11.4	Parecer do Conselho Penitenciário.....	281
11.5	Condições obrigatórias impostas ao liberado.....	281
11.6	Condições facultativas impostas ao liberado.....	282
11.7	Carta de livramento.....	282
11.8	Revogação do livramento	282
11.8.1	Recolhimento cautelar e revogação posterior.....	283
11.9	Prorrogação automática	283
11.10	Extinção da punibilidade.....	283
12.	Monitoração eletrônica	283
12.1	Deveres do monitorado.....	284

12.2	Consequências da violação dos deveres do monitorado	284
12.3	Revogação do benefício	285
12.4	Quadro-resumo.....	285
13.	Execução das penas restritivas de direitos	285
13.1	Alteração da forma de cumprimento.....	286
13.2	Mecanismos de cumprimento da prestação de serviços à comunidade.....	287
13.2.1	Quadro-resumo	287
13.3	Necessidade da Casa do Albergado para a limitação de fim de semana.....	288
13.3.1	Quadro-resumo	288
13.4	Da inviabilidade da pena de interdição temporária de direitos.....	288
13.4.1	Quadro-resumo	289
13.5	Derrogação do art. 47, III, do Código Penal	289
13.6	Proibição de frequentar lugares.....	289
14.	Suspensão condicional da pena	289
14.1	Conceito.....	289
14.2	<i>Sursis</i> condicionado	289
14.3	Fiscalização do <i>sursis</i>	290
14.4	Condições fixadas pelo tribunal.....	290
14.5	Aceitação do benefício.....	290
14.6	Ausência da audiência admonitória.....	291
14.7	Quadro-resumo.....	291
15.	Multa como dívida de valor	292
16.	Questões comentadas	292
CAPÍTULO 27 – MEDIDAS DE SEGURANÇA.....		295
1.	Medidas de segurança.....	295
2.	Cautela e formalidade para a internação	295
2.1	Conteúdo da guia de internação ou tratamento ambulatorial	295
3.	Periculosidade e culpabilidade.....	296
4.	Prazo mínimo da medida de segurança.....	296
4.1	Quadro-resumo.....	297
5.	Antecipação do exame de cessação de periculosidade	298
5.1	Exames sucessivos	298
6.	Desinternação e liberação	298
6.1	Desinternação progressiva	298
7.	Quadro-resumo	299
8.	Questões comentadas	299

CAPÍTULO 28 – INCIDENTES, RECURSO NA FASE DE EXECUÇÃO E EXTINÇÃO DA PENA....	301
1. Incidentes de execução.....	301
2. Conversões.....	301
2.1 Conversões positiva e negativa.....	301
2.2 Conversão da pena em medida de segurança	302
2.2.1 Quadro-resumo.....	302
2.3 Reconversão da medida de segurança em pena.....	303
3. Excesso ou desvio de execução.....	303
3.1 Partes legitimadas para suscitar o incidente de desvio ou excesso.....	303
3.2 Quadro-resumo.....	303
4. Anistia	303
4.1 Consequência da anistia.....	304
5. Indulto individual	304
5.1 Consequência do indulto	304
5.2 Indulto coletivo.....	304
6. Agravo em execução	304
7. Cancelamento dos registros criminais para efeitos civis.....	304
8. Questões comentadas	305
OBRAS DO AUTOR	307